

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - IPADES**

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA

Francisco Barbosa

Sócio Presidente – IPADES

Alexandre Rodrigues

Físico. Prof. UFPA

O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) marcou na história a sentença: “o homem é um animal político”. Nos fez compreender que a política está presente em nossa vida, pois todas as relações guardam em si elementos políticos significativos. Também da Grécia Antiga veio à idéia de democracia e a visão de que os interesses políticos da comunidade se sobrepõem aos dos indivíduos (política acima da economia). Com o Renascimento (renovação cultural ocorrida na Europa durante os séculos XV e XVI que promoveu grandes descobertas e o surgimento do capitalismo moderno) a atividade econômica, que antes era compreendida como alguma coisa que não deveria ir além dos limites da manutenção da autonomia da comunidade, passa a ser cada vez mais percebida como algo que pode auxiliar na construção de comunidades políticas capazes de proporcionar a seus participantes paz, segurança e possibilidades de alcançarem seus objetivos pessoais e sociais. A partir do último quarto do século XVIII, duas revoluções passaram a caracterizar e consolidar a relação entre democracia e economia: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A primeira reforça a democracia com a atuação política do cidadão enquanto, a segunda, ao impulsionar a economia oferece condições para um melhor funcionamento das instituições e para o exercício das liberdades individuais.

Nesse contexto, o crescimento econômico é de vital importância para melhorar as condições de vida da população, quer seja pela oferta de empregos, quer pelos impostos arrecadados pelo governo, os quais devem retornar à sociedade via políticas e programas na forma de investimentos e de serviços à população que possam promover o desenvolvimento dessa sociedade, contribuindo para que os objetivos pessoais e sociais sejam alcançados.

A estabilização da moeda brasileira através do Plano Real, em 1994, tem propiciado à sociedade brasileira viver sem o mais perverso imposto às classes de menor renda que é a inflação, porém o país apresenta sérios problemas de logística, infra-estrutura, alta carga tributária e ambiente hostil aos negócios caracterizado tanto pela burocracia como pela corrupção que se infiltra nos mais diversos segmentos da sociedade. Mesmo assim, a estabilidade monetária e o crescimento da economia mundial até 2008 contribuíram para o crescimento econômico nacional com taxa média de 4% no período entre 1999 e 2010, de forma que milhões de brasileiros têm tido ascensão social, o que é muito bom e desejável. No entanto, a ascensão econômica deve vir seguida da ascensão política, pois a integração destas duas variáveis fortalece e mantém a democracia, cujo exercício é um bom indicativo para amenizar os problemas acima descritos.

O país não alcançará um patamar de nação desenvolvida se as classes sociais beneficiadas pelo crescimento econômico se portarem com uma visão reducionista, ou seja, basta conseguir o emprego, ter condição de se tornar um consumidor; e, a partir daí se conformar como se tivesse alcançado o paraíso. As discussões relevantes para o desenvolvimento, envolvendo temas como: educação; saúde; segurança; moral; ética; gestão do governo e das demais instituições; política externa; meio ambiente e políticas nacionais para financiamento e desenvolvimento de ciência e tecnologia, precisam fazer parte da cidadania da população.

Não existe democracia sem o exercício da cidadania, e ambas se fazem no dia-a-dia, e devem ser compreendidas como um valor cultural e aprimorado constantemente pela educação. Se apenas a economia funcionar como estado de bem-estar das pessoas somos apenas um país de consumidores, mas não um país de cidadãos! A economia de mercado é um dos atributos da democracia, apenas um. Além do mais, o crescimento da economia com a melhoria da condição social da população não deve nos levar a um descuido com a existência e bom funcionamento das instituições que garantem a democracia, visto que, tal descuido pode custar muito caro para toda a sociedade.

A moralidade e transparência da gestão pública, as reformas que modernizam as instituições e as ações da sociedade, a liberdade de imprensa, o mérito como regra de promoção, o respeito aos direitos humanos, o conhecimento científico e tecnológico promovendo a inovação são valores que ao lado do crescimento econômico forjam uma nação moderna e democrática.

O cidadão, e aí se incluem aqueles que estão obtendo uma melhor renda, tem que aderir a esses valores acima mencionados, e não apenas se posicionar como meros consumidores, pois assim, contribuem para a visão de um país avesso às mudanças. Os que muito consomem, tem medo de diminuir o consumo. Os que pouco consomem, também. Com essa postura única de consumidores, e não de cidadãos (aqueles que exercem os direitos civis, políticos e sociais) contribuem para o “enferrujamento” das instituições, e com elas, da própria democracia, abrindo-se assim um corredor de oportunidade para regimes populistas e antidemocráticos, aliás, situação já vivenciada pelo Brasil entre o final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, quando o regime militar promoveu um crescimento anual acima de 10% ao ano. A China tem o maior crescimento econômico da atualidade, porém não tem democracia.

Estudos indicam que uma democratização precipitada desacelera o crescimento em sociedades desiguais como a brasileira, contudo não é o caso do Brasil, cuja redemocratização já alcançou 25 anos, e mais que isso, foi justamente no regime democrático que o país conseguiu se desvencilhar do processo inflacionário caótico na sua economia. Isto se deve, mesmo ainda de forma incipiente, aos aspectos institucionais, os quais são fundamentais para um bom desempenho econômico de longo prazo. Esta proposição tem respaldo na Nova Teoria Institucional, que explica o papel das instituições no desenvolvimento. Dois de seus maiores nomes, Ronald H. Coase e Douglass C. North, ganharam o Prêmio na Nobel de Economia de 1991 e 1993, respectivamente.

Se o consumidor não assume seu papel de cidadão, o que dizer daquele que ainda não chegou ou apenas está adentrando em uma classe social caracterizada por possibilidade de consumo para além da própria subsistência. Uma realidade mostrada por uma rede nacional de televisão, em uma série de três reportagens denominada “Doença do Silêncio”, que focalizou a tuberculose, malária e doença de Chagas, exibidas nos dias 10,11 e 12 de novembro de 2010, explicita bem a gravidade do problema. Uma senhora idosa, portadora do mal de Chagas entrevistada pelo repórter sobre o dilema entre comprar o medicamento que não consegue no posto de saúde, e a compra do alimento, ela opta pelo alimento (óbvio)! Mas pelo seu estado de carência quase que absoluta, não consegue ver o seu direito ao tratamento de forma correta e digna, pelo contrário, demonstra um conformismo, pois ainda recebe um auxílio que lhe permite comprar o alimento. Sua racionalidade, para este momento cruel da sua vida está correta; o problema é a perpetuação desse quadro, que só poderá ser

alterado se outras forças aí se inserirem ajudando, fiscalizando e conscientizando a população, num aprendizado continuado e que deve ser exercido por todos, pessoa física e instituições da sociedade civil.

E como instrumento maior nessa luta pela formação da cidadania, a sociedade brasileira do século XXI precisa exercer em plenitude o artigo primeiro, parágrafo único da **Constituição da República Federativa do Brasil**. *“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”*. O exercício desse poder deve ter como prioridade a manutenção da democracia como sistema político que permite não apenas o crescimento econômico, mas a cidadania e o desenvolvimento nacional com respeito às pessoas e instituições.